

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO  
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE  
CIVIL.

Autora: **Rosa Maria de Miranda**

**PROBLEMA**

Mulheres ficam desassistidas por políticas de abrigamento protetivo em São José dos Campos

**ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:**

Prefeito do município de São José dos Campos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, pela Fundação Santo André.

Monitora: Isabella Jinkings

Santo André  
2016

## Sumário

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo .....	1 /1
Situação Problema .....	1 /1
Fluxograma Explicativo.....	6 /1
2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos .....	1 /2
3. Árvore do problema.....	1 /3
4. Plano de Ação.....	1 /4
5. Análise de Atores .....	1 /5
6. Análise de Riscos e Fragilidades .....	1 /6
7. Considerações Finais .....	1 /7
8. Referências bibliográficas .....	1 /8
Apêndices.....	1
Anexos.....	6

## **1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo**

### **Situação Problema**

A Luta pelo abrigo das Mulheres em risco eminente de morte no município de São José dos Campos tem início a partir dos anos 90, quando as Mulheres ligadas aos Movimentos Populares e Sociais, Vereadoras e outras lideranças, começam diversas ações debatendo temas como a violência doméstica, tráfico de mulheres por conta do cenário local e regional.

Mas somente em fevereiro de 1997 é encaminhado a Câmara Municipal o primeiro processo de nº 0634/97 projeto de resolução nº 2/97 de autoria da Vereadora Amélia Naomi que autoriza o executivo a instituir a “Casa do Abrigo” para mulheres vítimas de violência que consiste no fornecimento de hospedagem á mulheres e crianças que se encontrem na iminência de sofrerem ou vítimas de violência, por parte do esposo, companheiro ou assemelhado com funcionamento diário interrompido, oferecendo pernoite, alimentação e condição de higiene; revestir-se de caráter sigiloso quanto ao seu endereço; cada unidade não pode abrigar mais do que dez mulheres e seus respectivos filhos; oferecer acompanhamento jurídico, judiciário, psicológico e social;

Apesar deste projeto de lei ter sido aprovado na década de 90, dez anos depois o município ainda não havia implantado a Casa Abrigo, o que levou o movimento de mulheres, movimentos sociais e algumas vereadoras, a organizar ato no dia 10 de outubro de 2007 Dia Nacional de luta contra a violência a Mulher, na Praça Afonso Pena, região central de São José dos Campos. Na ocasião foi feita uma coletiva para denunciar os requerimentos rejeitados pela câmara de vereadores. As mulheres presentes neste ato tiraram uma comissão para fazer uma visita ao Centro de Emergência e Calamidades em função da declaração dada pelo na época secretário de Desenvolvimento Social Sr. Kiko Savaia que declarou em entrevista as rádios locais que no município de São José dos Campos tem uma rede de proteção ás mulheres vítimas de violência incluindo abrigo.

A comissão contava com a participação da vereadora Amélia Naomi, Integrantes da Central de Movimento Populares, Secretaria de Mulheres do PT, Promotoras Legais Populares, Lideranças Comunitárias e imprensa ”Jornal Vale

Paraibano”. Consta do relatório do Albergue datado de 15 de outubro de 2007, que faz parte do “Dossiê da Casa abrigo 1993/2008” - Gabinete Vereadora Amélia Naomi - PT São José dos Campos, que ao chegar ao Centro de Emergência e Calamidades inicialmente a comissão foi impedida de entrar na entidade sob a alegação de que a visita não estava autorizada, Várias questões foram pontuadas por parte da comissão que observaram, durante a visita, diversas irregularidades que foram encaminhadas posteriormente ao ministério público. Todas as propostas tiradas e aprovadas Audiência Pública que foi realizada no dia 26 de setembro de 2007 na Câmara Municipal de São José dos Campos com a presença de mais de 900 (novecentas) pessoas, inclusive a própria Maria da Penha, símbolo da luta das mulheres contra a violência doméstica e apresentadas pela vereadora Amélia Naomi na sessão de Câmara do dia 04 de Outubro de 2007 foram rejeitados em bloco pelos vereadores da bancada governista.

Foram varias as iniciativas populares com o objetivo de fazer com fosse implementadas políticas publicas de prevenção e proteção as mulheres vitimas de violência.

No ano de 2007 foram realizadas no município diversas Conferências Setoriais, municipais e regionais, que pautaram a necessidade da casa abrigo, entre elas: II Conferencia Regional de Políticas Publicas para Mulheres do Vale Paraíba e Litoral Norte; II Conferencia Estadual de Políticas para Mulheres; IV Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; VI Conferencia Municipal de Assistência Social; XI Conferencia Municipal de saúde; IV Conferencia Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente; VI Conferencia Regional de Assistência Social. Além de um Abaixo assinado com mais de 10.000,00 mil assinaturas pedindo a Casa Abrigo para as Mulheres vítimas de violência.

Neste documento foram apontadas conclusões de que a mulher abrigada no centro da Emergência e Calamidade era mais uma vez vitimizada por não ter um suporte adequado. E que o Centro de Emergência e Calamidade não é casa abrigo para as Mulheres vítimas de violências. Este relatório foi assinado e Consta do relatório do Albergue datado de 15 de outubro de 2007, que faz parte do “Dossiê da Casa abrigo 1993/2008” - Gabinete Vereadora Amélia Naomi-PT São José dos Campos.

Este problema foi escolhido por conta do alto índice de mulheres em situação de violência em nosso município, às mulheres enfrentam grandes dificuldades para denunciar seus agressores, apesar de ter uma rede de apoio em funcionamento ainda nos falta a casa abrigo que garanta a esta mulher vítima de violência estar protegida do seu agressor e que ela possa neste tempo de acolhimento receber todas as orientações jurídicas, psicológicas e de resgate da autoestima, serviços e programa de benefícios.

A violência de gênero, inclusive na sua modalidade familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino. (SAFFIOTI, 2004. p. 76)

As condições de vida das mulheres apresentam-se como uma das maiores dificuldades identificadas na região. Persistem práticas de discriminação racial e sociocultural que geram condições de extrema pobreza e marginalidade de grandes grupos humanos. (RIBEIRO, 2009, p. 1)

É importante ressaltar que a violência está implícita não só na vida doméstica e familiar, mas também no trabalho e nas relações de amizade e no tráfico de mulheres. Além do governo, temos que envolver a sociedade e entidades sociais como coautores para resolver o problema do município, as mulheres vítimas de violência que se encontram sob ameaças, necessitam estar amparada em ambiente seguro, apesar do grande esforço feito pelo Movimento de Mulheres e pelos Movimentos Sociais em nosso município através de campanhas visuais, virtuais, midiáticas, e boca a boca ainda temos ainda um grande número de mulheres em situação de vulnerabilidade, infelizmente uma realidade em todo o País.

Relaciona a entrada da mulher no tráfico com o desemprego feminino, baixos salários quando comparados aos dos homens e o aumento de mulheres responsáveis financeiramente por suas famílias". (MOKI, 2005)

O sistema de abrigamento se dá quando a mulher e seus filhos estão sob risco de morte eminente, neste momento é necessária que haja uma casa abrigo onde ela possa permanecer segura de forma sigilosa por período determinado conforme Regimento local, ela deve receber neste período diversas atividades

(atendimento psicológico, culturais, educativas, qualificação profissional etc.), como forma de fortalecimento e empoderamento para que possa recuperar o comando de sua vida.

Apesar de já constatado que a maioria das mulheres que sofrem violência doméstica e familiar ainda não denuncie seus agressores e também não busquem proteção em redes de serviço que trabalham no combate a violência, por várias razões por elas declaradas, o medo de represália do seu agressor, a morosidade no atendimento nas delegacias, o número insuficiente de Defensores para atender toda a demanda local e regional, o fato de não ter como deixar o seu lar por conta do julgamento que irá sofrer por parte dos seus familiares e vizinhos, o rompimento com a escola dos filhos, outra justificativa e o fato de não ser compreendida por parte da equipe que irá atendê-la e pela falta de privacidade que ela encontrará na casa abrigo.

O serviço de acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte em razão da violência doméstica e familiar na cidade de São José dos Campos, tem inúmeras deficiências, apesar de Centros de atendimento e Delegacias para mulheres, ainda assim as mulheres ficam desassistidas de políticas de abrigamento conforme determina a lei. A violência doméstica e familiar causadora de lesão, sofrimento físico, dano moral social, psicológico e econômico exige que haja um serviço tipificado que deve ser oferecido para proteger e prevenir a continuidade de situações de violência.

Para mulheres em situação de violência doméstica e familiar chegar ao serviço de abrigamento, elas já passaram por DDMs, instituições que atendem mulheres nessa situação, Defensoria Pública, Conselho Tutelar (quando tem filhos), Vara da Violência Doméstica e em alguns casos essas mulheres também já sofreram violência institucional. A violência contra as mulheres é um drama complexo e muito mais frequente do que se imagina. As estatísticas demonstram que nas cidades brasileiras, 80% das mulheres são agredidas porque os maridos têm comportamento agressivo.

A Casa Abrigo tem por finalidade: propiciar condições de segurança física e emocional e o fortalecimento da autoestima; possibilitar a construção de projetos pessoais visando à superação da situação de violência e o desenvolvimento de

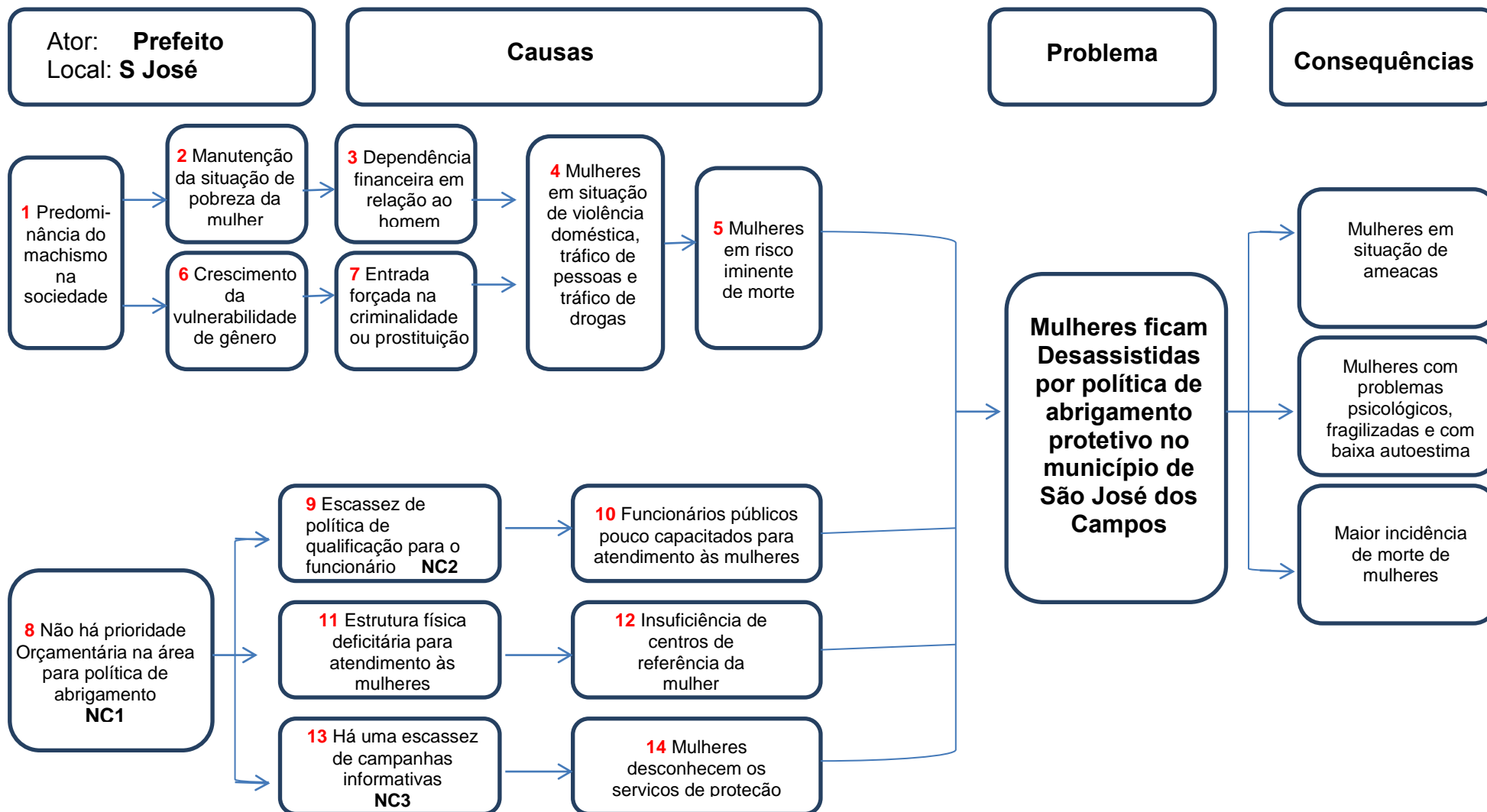
autonomia pessoal e social; promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva; se propõe a contribuir no rompimento do ciclo de violência em que a mulher está inserida e reconstruir sua identidade de gênero, porque é preciso apoiar as mulheres que vivenciam a violência no processo de reconstrução de suas vidas e que tenham poder para mudar o rumo de suas histórias.

A Casa Abrigo é um serviço que vem para atender uma questão social referente a necessidade de garantia de integridade, defesa de seus direitos enquanto ser humano e cidadã, a partir de ações e interfaces com os diversos setores da administração pública, como: educação, saúde, trabalho e profissionalização, moradia, creche.

As casas-abrigo são destinadas ao acolhimento de Mulheres e filhos em situação de violência doméstica e sobre risco de vida. Com função de proteger e amparar, as casas-abrigo devem proporcionar condições de análise integral da problemática, para que a mulher possa se libertar do ciclo da violência e conseguir uma mudança qualitativa de vida. (ALBUQUERQUE, 2011)

O desafio maior é colocar em prática ações que promovam o empoderamento feminino, que interfiram nos padrões machistas da sociedade, assegurem um atendimento qualificado e humanizado as mulheres em situação de violência.

### Fluxograma Explicativo





## 2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos

Uma grande dificuldade enfrentada hoje pelas mulheres é o fato de que a maioria dos governos não consideram as políticas de gênero como prioridades a ser defendidas e combatidas. Ainda há uma lógica que o atendimento integral e regionalizado, em especial no caso de Casa Abrigo, que exige dos governos uma sensibilidade a essa questão, que muitas vezes não é entendida, portanto tornando as políticas para este segmento muito frágeis.

Dentro das cinco cadeias causais apontadas no fluxograma, apresentamos três nós que consideramos críticos e que o ator que declara o problema tem governabilidade sobre suas resoluções. Como afirmam os autores Costa e Dagnino, os nós críticos devem (COSTA; DAGNINO, 2013, p. 216):

1. Devem ser centros práticos de ação, isto é, o ator que declara o problema pode atuar prática, efetiva e diretamente sobre eles sem precisar atuar sobre suas causas;
2. Se resolvidos ou “desatados” terão alto impacto sobre o problema declarado;
3. Devem ser centros oportunos de ação política, ou seja, seu ataque é politicamente viável durante o período definido pelo ator como relevante e a ação possui uma relação de custo-benefício favorável.

Nesse sentido, a não prioridade orçamentária nessa área para política de abrigamento para mulheres em situação de risco iminente de morte destaca-se como NÓ CRITICO 1. A falta de investimento nas políticas de gênero faz com que as mulheres em situação de violência fiquem desassistidas quando necessitam acessar equipamentos de proteção secundária. Para isso se faz necessário criar mais centros de referência de atendimento a mulher e casas abrigos e oferecer curso profissionalizantes para as mulheres como forma de combater a pobreza.

O NÓ CRITICO 2 é a escassez de política de qualificação para o funcionário, a falta de investimento e valorização leva à morosidade dentro dos centros de atendimento às mulheres fazendo com que haja um descaso por parte dos servidores que não estão preparados para o atendimento humanizado, levando as

vitimas muitas vezes a desistir dos processos. É necessário que haja um investimento em curso de formação e capacitação voltado aos servidores públicos para atendimento às mulheres vítimas de violência e plano de bonificação salarial que valorize o servidor em atendimento à mulher vítima de violência.

É importante ressaltar que a violência está implícita não só na vida doméstica e familiar, mas também no trabalho, nas relações de amizade e no tráfico de mulheres. O NÓ CRITICO 3 há uma escassez de campanhas informativas faz com que para além do governo, pensemos em envolver a sociedade, entidades sociais, movimento de mulheres e movimentos sociais como coautores da mudança, para resolver o problema das mulheres vitimas de violência em nosso município.

As mulheres necessitam estar amparadas, em ambiente seguro, como forma de reduzir sua vulnerabilidade. É preciso um grande esforço junto aos movimentos sociais organizados para trabalhar a questão da prevenção através palestras, debates, rodas de conversas nas comunidades para divulgar os serviços de proteção à mulher em situação de violência e seus direitos. Além de realizar campanhas informativas, preventivas e ações intersetoriais no combate à violência contra as mulheres. Bem como implantar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher.

### **CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.**

A Promotora Legal Popular Marcela Andrade, do Centro Dandara de Promotoras Legais Populares de São José dos Campos, cita que a ideia de trabalhar com a apresentação do Ciclo da Violência Contra a Mulher é fazer a prevenção, é não deixar que esta epidemia que é altamente democrática seja elemento de devastamento de tantas vidas (entrevista realizada dia 20 de maio de 2016).

Para Sandra Batista, Diretora do Centro Dandara de Promotora Legais Populares de São José dos Campos, a reprodução do comportamento é o ponto principal e, se não cuidada, servirá para a perpetuação da violência, pois muitos homens e mulheres quando crianças, adolescentes e jovens não foram bem cuidados. Desde a adolescência, no início do “ficar”, dos namoros, muitas meninas, adolescentes e até mesmo as mulheres adultas, são envolvidas em um sentimento

de proteção e obediência, pois assim são culturalmente trabalhadas para se sentirem, tornando-as presas extremamente vulneráveis (entrevista realizada dia 20 de maio de 2016).

Quando se inicia uma relação amorosa, comemora-se a data, como um novo marco na vida de qualquer pessoa, sem data marcada para o fim, apenas o querer ser feliz. Ficar, casar, morar junto, amigar-se e apostar na convivência a dois, é um caminho a ser percorrido e não precisa ser sofrido e violento, para isso o trabalho com o Ciclo da Violência Contra a Mulher é antes de tudo preventivo.

Imaginemos um ciclo, pense em um relógio quebrado e somente com o ponteiro menor marcando meio dia, é aqui que o primeiro encontro acontece o tal querer ficar juntos. Tudo muito lindo, romântico e sonhos de construção de uma só história, este é o perigo, pois alguém terá que se anular.

Temos que pensar sim na convivência, no estar a dois, com filhos ou não, na possibilidade da construção de vida saudável e não se deixar servir do “só vou se você for”, ou “ele faz isso por que está cuidando de mim, quer o meu bem”. A história de mulheres que buscaram ajuda nesta fase são muitas, embora algumas sofram caladas, por medo das ameaças, por medo do excesso do olhar da sociedade a culpá-las, pela falta de olhar dos serviços públicos.

O tempo passa, às vezes não passa muito tempo, e logo no início, já ouvi relatos assim: “Casei de branco e passei a vida toda de roxo”. Agora voltemos ao relógio quebrado, pense no ponteiro pequeno marcando mais ou menos em 13h/13h15, começa a 1ª FASE a criação da tensão: aqui quase todas as formas de violência são praticadas, mas a psicológica é a que primeiramente se apresenta, pois tornar a autoestima da mulher em destroços, que não tem como dizer se é maior ou menor, se dói mais ou menos, pois existe somente uma certeza, já deixou marcas. Não menos importante a violência sexual, os estupros são muitos praticados no tal “lar doce lar”, mesmo porque esta mulher ainda pensa que “faz parte” de suas obrigações. Parece absurdo pensar nisso, mas existem homens que proíbem suas companheiras de passar em consulta ginecológica com médico (homem), tomar anticoncepcionais ou qualquer outro método para prevenir DST/AIDS.

A violência patrimonial com certeza virá, pois o autor da agressão acredita que tudo que tem na casa é dele, em especial quando esta mulher “não trabalha”, melhor dizendo não trabalha fora, pois os afazeres domésticos não são considerados como algo que contribua economicamente com a casa/família. Atos de destruição de equipamentos doméstico, com ênfase para os que de alguma forma possibilitam a autonomia financeira ou economia, são alvos certos desta forma de violência, assim como pequenos incidentes de violência física acontecem, cárcere privado (não visita familiares, não recebe visita, não participa de cultos religiosos ou sai para alguma forma de diversão e lazer, não pode estudar), falta de assistência quando fica doente, corte de cabelo involuntário.

Se trabalhar fora, faz perseguições no trabalho, subtrai seus recursos financeiros, liga a toda hora, causa transtornos até a mulher ser demitida. A violência moral, a que atinge a dignidade da pessoa humana, com palavrões, humilhações e destratos, é parte deste cenário desumano e aniquilador. Esta fase pode apresentar-se mais curta, pois inconscientemente a mulher abrevia o sofrimento, passando para a outra fase como se assim fosse possível um período de calma.

Imagine novamente o relógio quebrado, agora o inútil ponteiro marcando 17hs, agora que a mulher passou pela “preparação”, pois nenhuma mulher que não esteja destruída psicologicamente, financeira e moralmente se permitirá estar em alta vulnerabilidade individual ou próxima a um ato de violência.

Mal vinda a 2ª FASE do Ciclo da Violência (dentes quebrados, olho roxo, corpo desfalecido ou já falecido). Aqui é tudo muito rápido, para viver ou para morrer, precisa de políticas públicas imediatas, solidariedade de parentes, amigos e sociedade em geral. Se ainda viva, ela poderá morrer, se o que prevalecer for o famoso ditado “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Os mecanismos da rede de serviços e cuidados à mulher em situação de violência doméstica e que incluem abrigo como as Casas Abrigo, são fundamentais para salvaguardar a vida desta mulher, seus filhos e filhas.

Aqui não existe mediação de conflitos, aliás, não se permite em nenhuma forma de violência tipificada na Lei Maria da Penha.

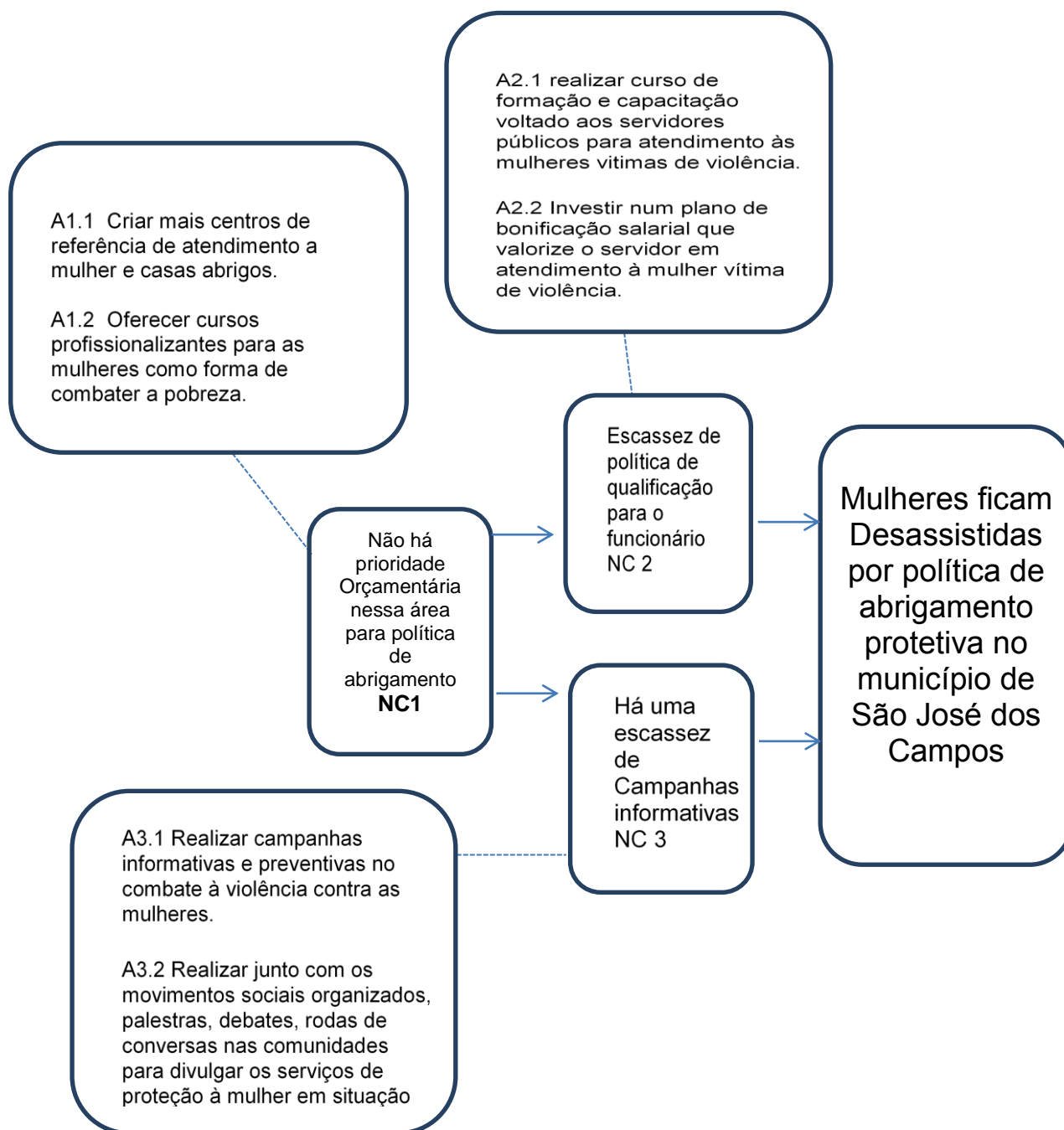
A Casa Abrigo haverá de cumprir o seu papel de articulador e multidisciplinar. A sociedade cobra, os governos não estão preparados e não dão conta das demandas das mulheres em situação de violência, assim resgatar as mulheres da violência, também requer respeito às suas decisões, pois sabemos que 60% das mulheres encaminhadas para este tipo de equipamento retornam para os seus parceiros. Significa que as mulheres não devem de forma alguma ser abandonadas pelas políticas públicas, ou serem maltratadas com atitudes de culpabilização com eventual retorno da violência, sendo que muitas vezes as falas de alguns profissionais desestimulam romper o ciclo, piorando quando fazem uso da religião, de falsos conceitos moralistas e de violência institucional. O relógio que continua marcando inúteis horas.

Agora 19h, aqui começa o período da 3ª FASE falsa lua de mel, falsa zona de conforto. O acreditar em uma nova possibilidade, nova vida, mudar de cidade de bairro, de país, de casa, uma nova chance, uma viagem (segunda, terceira, quarta lua de mel), um anel de brilhante, flores, chocolates ou quem sabe procurar uma terapia individual ou de casal, a igreja, o pastor, uma clínica de recuperação, ou o primeiro/a filho/a, ou um novo membro da família poderá mudar toda essa história. Embora pareça loucura, desequilíbrio, existe em algumas mulheres o sentimento de que tudo irá se resolver, pois trazem em sua vivência a história de sua mãe, como a reprodução citada no início deste texto: “se a minha mãe aguentou o meu pai que era assim e assado, pois o que Deus uniu o homem não separa, eu também consigo”.

Trabalhar o ciclo da violência, não tem como objetivo desfazer famílias, mas trata-se de mostrar de forma objetiva a dinâmica da violência e assim também fazer com que as mulheres possam ajudar outras mulheres a sair do ciclo da violência, reconhecendo suas necessidades e também para perceberem que violência não é somente o olho roxo, o dente quebrado, ou a mulher estendida no chão, isto é o que é mais visível e que dá mais ibope nas mídias. É importante que elas possam ter o olhar de acolhida, o não julgamento, sabendo que a violência é uma doença, onde vítima e autor da agressão precisam de cuidados, cada um em sua especificidade, mas não se poderá negligenciar e dar-se-á urgência quando se tratar de salvar vidas, se a prevenção não tiver cumprido o seu objetivo.

A dinâmica do relógio quebrado, com o seu inútil ponteiro significa dizer que não existe hora para acontecer a violência e mostra que o tempo pode ser perdido ou ser usado a favor das mulheres, mas isto requer o conserto deste relógio. Por outro lado, romper com esse relógio quebrado e desgastado ou adquirir um relógio novo, requer coragem, compromisso e muito entender de gênero por parte da mulher, da sociedade e dos governos, pois só assim construiremos um mundo solidário e igualitário entre homens e mulheres. Somos todas vulneráveis! Olhai, Vigiai e Brigai para que a violência não ocupe nenhum espaço em sua vida.

### 3. Árvore do problema



3.1. PAINEL 1 - **Árvore de problemas**

Nó Crítico	Ações	Resultado das ações
NC 1 – Não há prioridade Orçamentária nessa área para política de abrigamento	<p>A1.1 Criar mais centros de referência de atendimento à mulher e Casas Abrigos.</p> <p>A1.2 Oferecer curso profissionalizantes para as mulheres como forma de combater a pobreza.</p>	<p>Aumento de prevenção às mulheres em risco iminente de morte.</p> <p>Elevação da autoestima das mulheres criando deste modo condições favoráveis à autonomia pessoal e coletiva</p>
NC 2 – Escassez de política de qualificação para o funcionário	<p>A2.1 realizar curso de formação e capacitação voltado aos servidores públicos para atendimento às mulheres vitimas de violência.</p> <p>A2.2 Investir num plano de bonificação salarial que valorize o servidor em atendimento a mulheres vitimas de violência.</p>	<p>Crescimento do número de pessoas informadas sobre violência de gênero.</p> <p>Comunidade envolvida e comprometida no combate à violência contra as mulheres.</p>
NC 3 – Há uma escassez de Campanhas informativas	<p>A3.1 Realizar campanhas informativas e preventivas no combate à violência contra a mulher.</p> <p>A3.2 Realizar junto aos movimentos sociais organizados palestras, debates, rodas de conversas nas comunidades para divulgar os serviços de proteção à mulher em situação de violência,</p>	<p>Profissional melhor preparado com conhecimento para atender mulher vitima de violência.</p> <p>Profissional motivado, para atender de forma mais humanizada as mulheres em situação de violência.</p>



## 4. Plano de Ação

### PAINEL 2.1

NC 1 – Não há prioridade Orçamentária nessa área para política de abrigo.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
1.1 Criar mais centros de referência de atendimento a mulher e Casas Abrigos	<p>Elaboração do projeto básico de funcionamento dos centros e casa abrigo</p> <p>Elaboração de edital de licitação para escolha Entidade social.</p> <p>Garantir recursos no PPA e LOA. Fazer levantamento de prédios que pode servir para implantação dos centros de atendimentos e casa abrigo.</p>	<p>Recursos Financeiros</p> <p>Profissionais Qualificado</p> <p>Material gráfico</p>	Seis meses	<p>Gabinete do Prefeito</p> <p>Secretaria de Desenvolvimento Social</p> <p>Secretaria da Fazenda</p>
1.2 Oferecer cursos profissionalizantes para as mulheres como forma de combater a pobreza.	<p>Levantamento de instituições que ofereçam cursos profissionalizantes para as mulheres.</p> <p>Abrir turmas para iniciar o curso em diversas áreas.</p>	<p>Servidor técnico para ministrar o curso</p> <p>Material gráfico (folder cartaz, apostila) Sala para o curso com som e projetor.</p>	Seis meses	<p>Secretaria de Desenvolvimento Social</p> <p>Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres</p>

## PAINEL 2.2

NC 2 – Escassez de política de qualificação para o funcionário.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
2.1. Escassez de política de qualificação para o funcionário	<p>Levantamento das demandas e conteúdos específicos para o curso de qualificação dos funcionários.</p> <p>Levantamento de servidores técnicos que possam ministrar o curso</p>	<p>Recursos financeiros</p> <p>Servidores públicos</p> <p>Material didático</p> <p>Local para o curso</p>	Seis meses	Secretaria de Desenvolvimento Social Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres
2.2 Investir num plano de bonificação salarial que valorize o servidor em atendimento a mulheres vítimas de violência	<p>Criar portaria que regulamento bonificação salarial para funcionário público.</p> <p>Garantir recursos no PPA e LOA.</p>	Alocação de recursos conforme cada categoria profissional	Seis meses	Secretaria de Desenvolvimento Social

## PAINEL 2.3

NC 3 – Há uma escassez de Campanhas informativas.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
3.1 Realizar campanhas informativas, e preventivas no combate a violência contra as mulheres.	<p>Formar comissão com representantes do poder público, e sociedade civil organizada para definir a campanha contra a violência de gênero.</p> <p>Fazer divulgação massiva nas mídias e redes sociais</p>	<p>Recursos financeiros</p> <p>Servidores públicos</p> <p>Material de divulgação</p> <p>Local para as reuniões</p>	Três meses	<p>Secretaria de Desenvolvimento Social</p> <p>Coordenadoria da Mulher</p> <p>Entidade Social</p>
3.2 Realizar junto com os movimentos sociais organizados palestras, debates, rodas de conversas nas comunidades para divulgar os serviços de proteção à mulher em situação de violência.	<p>Definir comissão para organizar as ações.</p> <p>Mobilizar a sociedade para participar dos debates.</p>	<p>Servidores, representantes de entidades e lideranças populares,</p> <p>Local para reunião.</p> <p>Material de divulgação (folder, cartaz)</p>	Seis meses	<p>Secretaria de Desenvolvimento Social</p> <p>Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres</p>

## 5. Análise de Atores

**Ação 1.1** Criar mais centros de referência de atendimento a mulher e casas abrigos.

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Gabinete Prefeito	Orçamento da Cidade	Necessita de aprovação Câmara Municipal	Priorizar o aumento de verba dentro do Plano Orçamentário para criação de centro de atendimento as mulheres e casas abrigos	Não considerar o tema da violência à mulher como uma prioridade política	Não há o que se mencionar.
Secretaria de Desenvolvimento Social	Orçamento da Secretaria e servidores	Ter que contemplar todas as áreas de proteção social com baixo orçamento	Eleger como prioritária a política de abrigamento de proteção às mulheres	Omitindo dados sobre a violência de gênero no município	Pressionar para que à política de gênero se torne prioritária
Secretaria da Fazenda	Controla o orçamento Municipal	Divide o orçamento a partir das demandas das secretarias determinado por lei.	Remanejar orçamento para investir nas políticas de prevenção	Cortando verbas destinadas às políticas de prevenção à violência contra a mulher.	Apresentar projetos e que impactam com resultados positivos a política local.

## PAINEL 3.2

**Ação 1.2** - Oferecer cursos profissionalizantes para as mulheres como forma de combater a pobreza.

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Secretaria de Desenvolvimento Social	Orçamento da Secretaria	Disponibilidade de poucas verbas para políticas de gênero.	Traçar estratégia de oferecer cursos profissionalizantes para as mulheres como forma de combater a pobreza.	Desconsiderando os dados que comprovam a necessidade das políticas	Trabalhar parceria com outros órgãos para obter melhores resultados
Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres	Conhecimento sobre a matéria da violência e articulação com a sociedade	Não tem autonomia sobre algumas políticas.	Realizar formação capacitação, através de oficinas, workshop, palestras e debates.	Não articular junto a outros órgãos ações que viabilize a melhor condição de vida das mulheres.	Trabalhar em conjunto com o conselho da Mulher e Movimento de mulheres.

## PAINEL 3.3

**Ação 2.1** - Realizar curso de formação e capacitação voltado aos servidores públicos para atendimento às mulheres vítimas de violência

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Secretaria Desenvolvimento social	Orçamento da Secretaria	Atender todas as demandas que estão sob o seu guarda chuva	Investir em curso formação e qualificação aos funcionários públicos no atendimento às mulheres em situação de violência	Não definir como prioridade o curso de qualificação do funcionário	Trabalhar parceria com outros órgãos para obter melhores resultados
Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres	Conhecimento sobre a matéria da violência e articulação com a sociedade	A falta de recurso e autonomia nas decisões	Articular-se junto com outros órgãos que trabalham as políticas de proteção às mulheres para oferecer curso de formação nas políticas de gênero	Não ser capaz de organizar o movimento de mulheres e sociais em torno da luta.	Trabalhar em conjunto com conselho das mulheres e Movimento de Mulheres..

## PAINEL 3.4

**Ação 2.2 – Investir num plano de bonificação salarial que valorize o servidor em atendimento a mulher vítima de violência**

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Secretaria de Desenvolvimento Social	Orçamento da Secretaria	Atender todas as demandas que estão sob o seu guarda chuva	Articular junto à secretaria de governo e da fazenda recursos no PPA e LOA para a bonificação dos funcionários	Não considerar prioridade o investimento na valorização dos funcionários	Trabalhar em parceria de forma contínua para obter melhores resultados
Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres	Conhecimento sobre a matéria da violência e articulação com a sociedade	Falta de autonomia	Realizar formação, capacitação através de oficina, workshop, palestras, debates, com conteúdos a partir das discussões dos Direitos Humanos e políticas gênero.	Não articular junto a outros órgãos ações que viabilizem a melhor condição de vida das mulheres	Organizar junto ao conselho da mulher, e dos movimentos sociais e entidades não governamentais políticas de valorização dos funcionários.

## PAINEL 3.5

**Ação 3.1** – Realizar campanhas informativas e preventivas no combate à violência contra as mulheres.

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Secretaria de Desenvolvimento Social	Orçamento da Secretaria	Atender todas as demandas que estão sob o seu guarda chuva	Buscar sensibilizar outras secretarias para desenvolver campanhas informativas e preventivas no combate às violências sofridas pelas mulheres	Não considerar campanhas como prioridade as políticas de prevenção	Trabalhar em parceria com o conselho da mulher, entidades e movimentos sociais, de mulheres como forma de obter melhores resultados.
Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres	Conhecimento sobre a matéria da violência e articulação com a sociedade	A falta de recurso e autonomia nas decisões	Articular-se junto com outros órgãos que trabalham as políticas de proteção às mulheres	Não conseguir organizar os movimentos sociais e de mulheres em torno da campanha preventiva	Trabalhar diretamente com o conselho da mulher
Entidades sociais	Envolvimento e conhecimento de dados da violência contra as mulheres.	Não ter recurso	Trabalhar as campanhas informativas e preventivas como forma de solucionar maiores problemas de violência a mulher	Não conseguirem relacionar-se entre si.	Buscar a organização como forma de fortalecimento enfrentamento as violências.



## PAINEL 3.6

**Ação 3.2** – Realizar Junto com os movimentos sociais organizados Palestras, debates, rodas de conversas nas comunidades para divulgar os serviços de proteção à Mulher em situação de violência.

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Secretaria de Desenvolvimento Social	Orçamento da Secretaria	Atender todas as demandas que estão sob o seu guarda chuva	Organizando reuniões com outros órgãos e lideranças do movimento de mulheres, movimentos sociais e sociedade civil para participarem das campanhas informativas.	Não considerar como prioridade as campanhas informativas	Trabalhar em parceria com outros órgãos de forma articulada para obter melhores resultados nas campanhas de prevenção.
Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres	Conhecimento sobre a matéria da violência e articulação com a sociedade	Administrar ações que não está previsto no seu planejamento	Organizando o maior número de entidades e lideranças para participarem da campanha informativa e preventiva sobre violência de gênero.	Não investir na humanização do atendimento as mulheres em situação de violência.	Trabalhar em parceria com a comunidade envolvendo-a e comprometendo todos(as), no combate à violência contra as mulheres em busca de melhores resultados

## 6. Análise de Riscos e Fragilidades

### PAINEL 4

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1- As ações propostas para equacionas os nós críticos podem gerar efeitos indesejáveis (efeitos sociais ou ambientais)?	Não. Uma vez que feitos os devidos estudos e sendo utilizados dados concretos, com orçamento previsto na PPA e LOA é possível realizar com segurança todas as políticas propostas, elevando assim o aumento de prevenção às mulheres em risco iminente de morte.
2- Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos?Quais?	O aspecto que pode eventualmente ter um resultado negativo é o político, ainda há uma grande incompreensão da gravidade da violência que sofrem as mulheres por parte das instituições religiosas que tentam vetar dentro do legislativo projetos que dar autonomia as mulheres sobre seus direitos de escolha e de proteção.
3-Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para corrigir?	O ponto fraco do projeto é a visão política do gestor de colocá-lo ou não como prioridade dentro do orçamento do município, o que pode causar o desmantelamento de toda uma rede de proteção fazendo com que se tenha que recomeçar tudo de novo numa gestão democrática que defenda esses direitos.
4- O que pode ser feita para garantir à implantação as ações propostas?	Uma boa parceria entre o governo e as organizações não governamental, movimentos sociais e de mulheres, conselhos, sociedade civil em geral buscando dialogar de forma direta formas de combater todas as violências contra as mulheres.
5- Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Não, há necessidade de fazer remanejamento de verbas, pois o orçamento previsto não é suficiente para todos os investimentos, principalmente porque as demandas ligadas a violência são continua e inda não controláveis.

## **7. Considerações Finais**

Diante de um estudo mais aprofundado sobre as mulheres em situação iminente de risco de morte, é possível refletir com base nos estudos aqui apresentados que a Casa Abrigo ainda não é um instrumento público consolidado como já ocorre hoje com a existência de um grande número de delegacias especializadas. Apesar destas delegacias na sua maioria estarem concentradas nas grandes cidades, sabemos que há avanços na formação de redes de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Percebemos também falhas na efetivação e implementação da Lei Maria da Penha, que determina que as mulheres em situação de violência doméstica e familiar devem estar inseridas em programas sociais. Tais falhas acabam por vitimizar ainda mais essas mulheres. A falta de políticas públicas, associada ao desinteresse do governo em resolver o problema da violência contra as mulheres, só agrava ainda mais a situação. É necessário trabalhar positivamente para propiciar um ambiente favorável ao empoderamento social, político e psicológico das mulheres em situação de violência, buscando desenvolver a sua autonomia financeira, cultural e política.

Podemos apontar ainda que as violências praticadas contra as mulheres estão ligadas a vários fatores sociais determinantes para o círculo da violência. É preciso trabalhar a prevenção através de rodas de conversas, debate sobre direitos e o aprofundamento do debate sobre a questão da violência, realizar campanhas informativas, e implantar políticas públicas de geração de emprego e renda, ampliar o número de creches e fazer políticas de formação e capacitação profissional para que elas sejam inseridas no mercado de trabalho.

Porém, para combater e erradicar a violência contra as mulheres, ainda é necessário um conjunto de ações entre município e estado, que esteja aliado à participação de toda a sociedade.

## 8. Referências bibliográficas

Dossiê Casa abrigo processo de nº 0634/97 projeto de resolução nº 2/97 Gabinete vereadora Amélia Naomi – São José dos Campos. arquivado e não publicado em 18 de fevereiro 2011, vedado sua publicação.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero praticado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, Matilde. “Análises e Propostas”. Mitos, realidades, organização e construção das políticas de igualdade racial, Nº 35 | abril de 2009. Fundação Friedrich Ebert.

MOKI, M.P. (2005). representações sociais do trabalho carcerário feminino. Dissertação de Mestrado não publicado, curso de pós-graduação em ciências sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo.

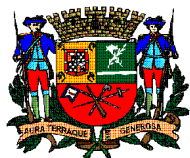
ALBUQUERQUE, Zélia. As Ações Educativas na Casa-Abrigo para Mulheres situação de Violência em São Luís/MA. p48 Universidade Federal do Maranhão. Programa de Mestrado em Educação. São Luís, 2011.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas: Editora Átomo&Alínea, 2ª ed., 2013.

Centro Dandara de Promotoras Legais Populares de São José dos Campos, entrevistas realizadas com Marcela Andrade e Sandra Batista, promotoras legais populares em 20 de maio 2016.

Fluxogramas internos dos diversos segmentos que integram a rede de serviços e cuidados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; elaborado em 2014, não publicado, Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, SJC.

## Apêndices



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

### **Educação para a Igualdade e Cidadania Fluxogramas de atendimento.**



**“REDE DE SERVIÇOS E CUIDADOS ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR”, DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS  
CAMPOS.**

**Fluxograma de atendimento às mulheres em situação de violência  
doméstica e familiar.**

O Fluxograma foi elaborado de forma coletiva com os diversos segmentos da sociedade, instituições públicas estaduais, secretarias e autarquias da Prefeitura de São José dos Campos.

Ele é um mecanismo para o encaminhamento/atendimento de mulheres em situação de violência, seja física, psicológica e/ou sexual.

Determina o procedimento que deve ser seguido por todos os órgãos e instituições de São José dos Campos, quando este recebe a informação ou denúncia de violência contra a mulher.

Ele faz parte da Rede de Serviços e Cuidados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, segue a orientação da política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo de atuação articulada entre instituições/serviços governamentais, não governamentais e comunidade.

Visa à ampliação e a melhoria da qualidade do atendimento à mulher em situação de violência, como a identificação e encaminhamento adequado aos serviços de apoio e cuidado.

Constitui parte da rede de atendimento da mulher em situação de violência, no caráter multidimensional do problema, que perpassa nas áreas, como: saúde, educação, segurança pública, justiça, assistência social, cultura, entre outras.

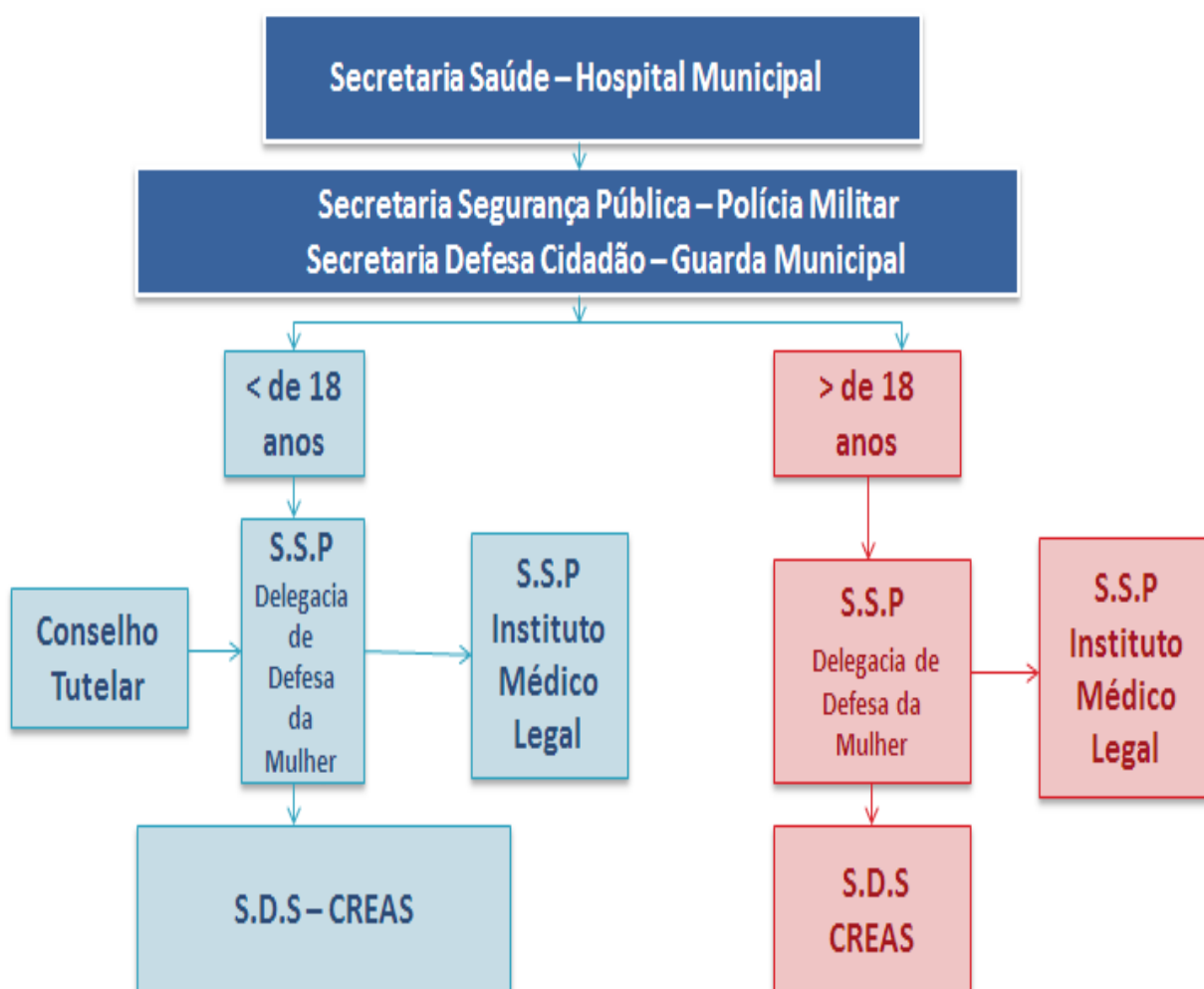
Tem base nos seguintes documentos e leis, nacionais e internacionais:

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW; Convenção Belém do Pará e Conferência de Beijem;
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; Plano Nacional de Políticas para Mulheres e Lei Maria da Penha;
- Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação

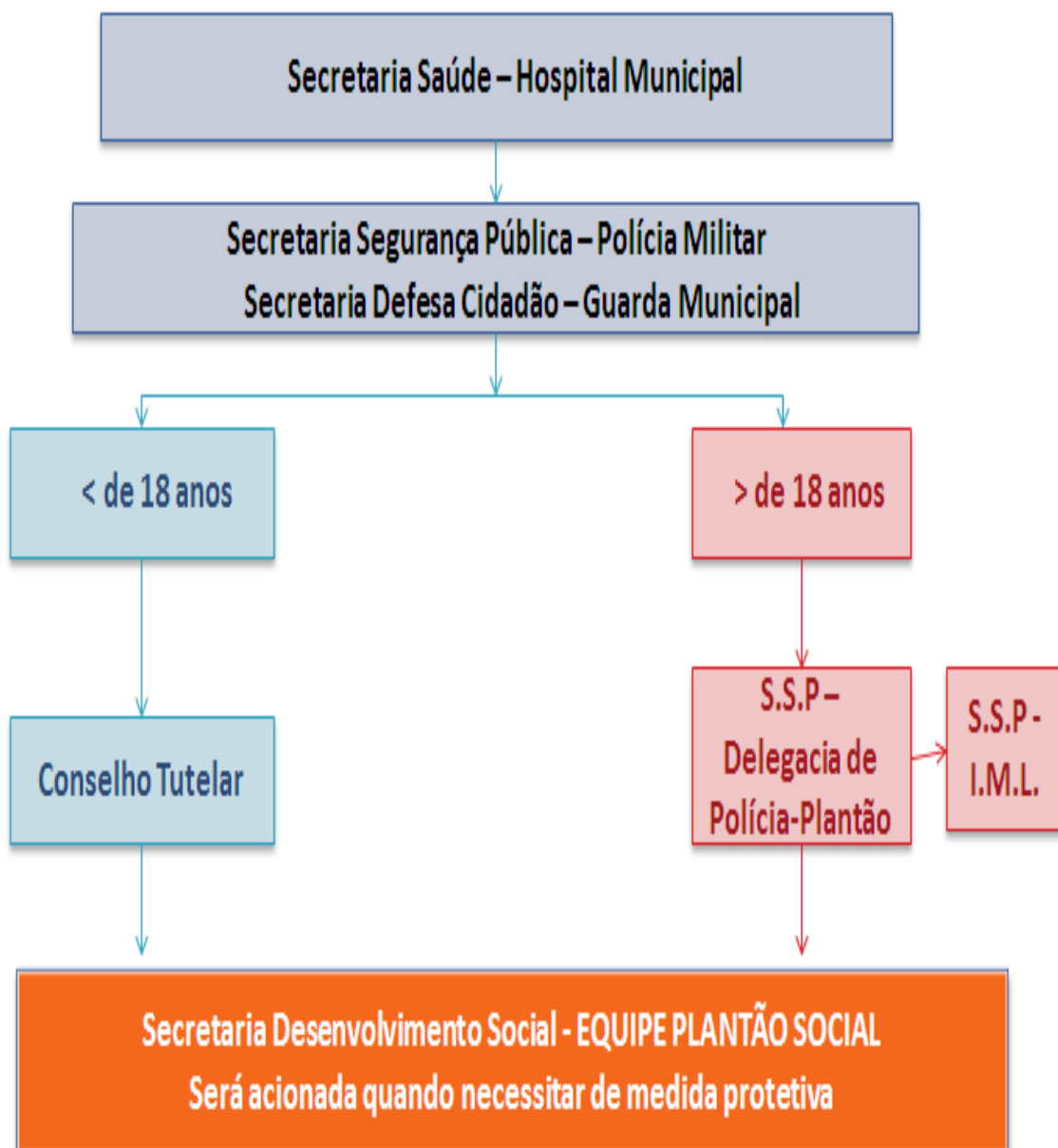
de Violência; Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta;

- Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência;
- Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

### Fluxograma Geral para Atendimento às Mulheres em situação de Violência VIOLÊNCIA SEXUAL - PERÍODO DIURNO

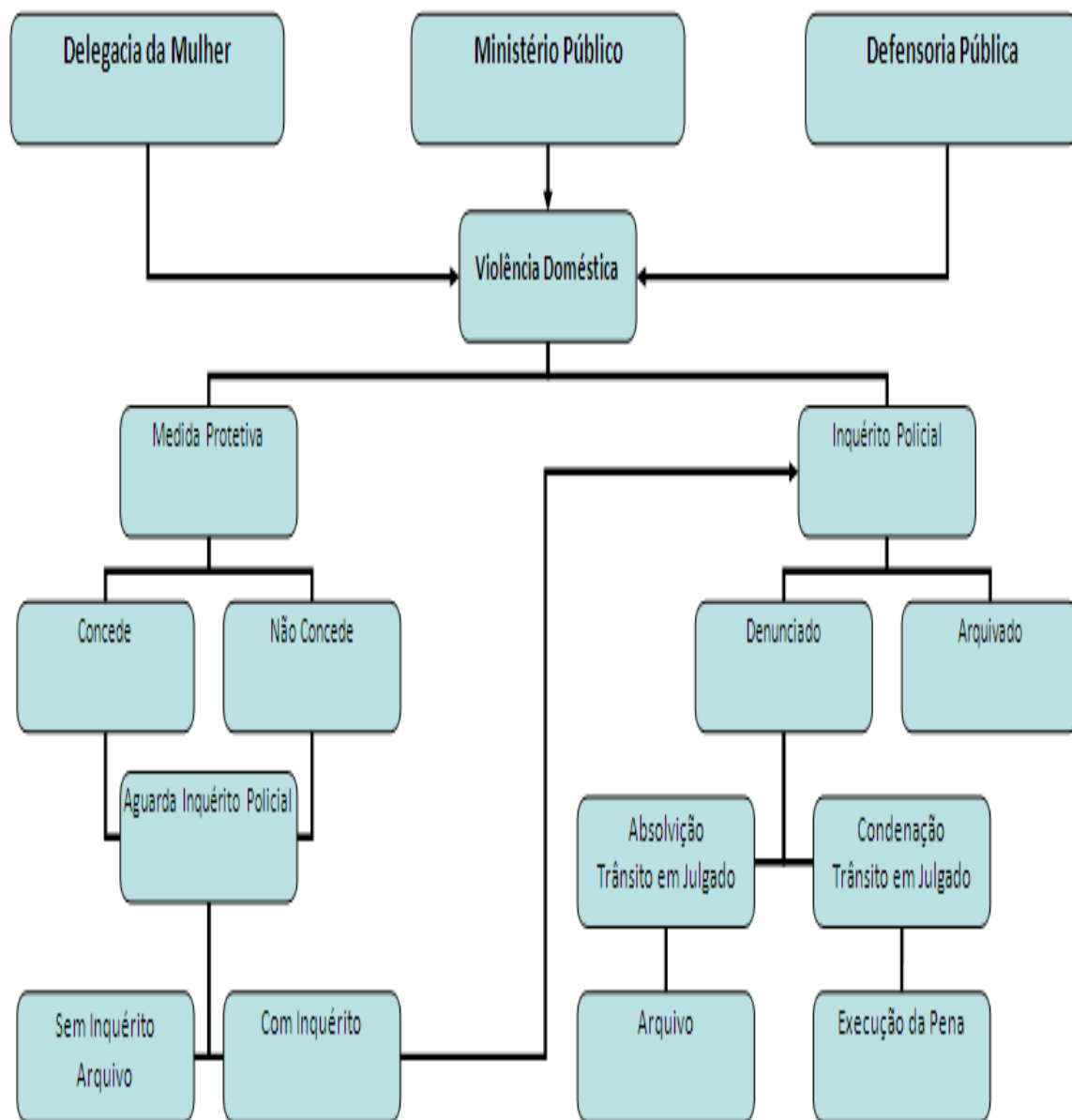


Fluxograma Geral para Atendimento às Mulheres em situação de Violência Sexual e/ou outras  
**PERÍODO NOTURNO / FINAIS DE SEMANA / FERIADOS**





## FLUXOGRAMA VARA MARIA DA PENHA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, Secretaria de Promoção da Cidadania- Prefeitura de São José dos Campos.